O FUTURO DA COOPERAÇÃO CULTURAL LUSO-TIMORENSE

Alberto Araújo

> Portugal está agora em condições de reconstruir, com renovado sentido estratégico, a teia de relações seculares que sucessivas gerações de portugueses foram tecendo, ao longo dos séculos, por esse mundo fora e que constituem um património extraordinário.
>
> (A Cooperação Portuguesa no Limiar do séc. XXI, Documento de Orientação Estratégica, pág. 3. http://www.minnestrangeiros.pt/mne/portugal/1coop/seculo21/principal.html, 28.06.00)

CONSIDERAÇÕES

Colocar a questão em termos de «O Futuro da Cooperação…» poderia conduzir o debate à dimensão de probabilidades ou à visão profética. Tal alternativa, que vulgarmente distingue a fé científica da fé religiosa, não se tornaria geradora de impasses se admitirmos a hipótese de que, num certo ponto e mais cedo ou mais tarde, ambas as perspectivas acabarão por se cruzar, possibilitando espaços de identificações onde a aventura de abordagem de interrogações cosmológicas e antropológicas poderia abrir novos horizontes. Entretanto, dado que há questões concretas, importantes e urgentes directa ou indirectamente relacionadas com a problemática em foco, certamente que estamos todos interessados em ultrapassar tudo aquilo que possa constituir fonte de polémicas de divisões e concentrar todas as atenções em construir plataformas de consenso e de acção. Ultrapassar e resolver de forma positiva as fontes de divisionismos, de lutas partidárias e fratricidas, e canalizar todos os recursos para a reconstrução do país tão destruído é o espírito da RECONCILIAÇÃO NACIONAL para a qual todos, desde os mais antigos aos mais recentes responsáveis de toda a desordem, todos são fraternalmente interpelados.

Fazer o levantamento de todas as formas e meios para viabilizar e garantir o «futuro da cooperação luso-timorense» e, enfim, de qualquer iniciativa que vise participar na construção de UMA NOVA NAÇÃO PARA O NOVO MILÉNIO e para sempre, não deixará de deparar com dificuldades e obstáculos: é uma aventura que implica riscos; mas vale a pena todo o risco quando a esperança é grande e bela a recompensa: a independência de uma nação irmã: TIMOR LOROSAE.

Onze meses após o acontecimento — o Referendo — que juntou morte e vida ou morte(s) (dos heróis que deram a vida pela liberdade) e nascimento (de uma nova nação), o Povo de Timor Lorosae continua irreversivelmente empenhado na reconstrução nacional, esperançado em ver (re)nascer a vida e a nova vida de paz, de liberdade e independência. Ele tem clara consciência de que, se a luta foi difícil, mais difícil ainda é e será a construção da independência.

Treze meses após o Acordo de 5 de Maio entre a ONU e os governos de Jacarta e de Lisboa, Portugal, apesar da «transferência (…) da autoridade em Timor Leste para as Nações Unidas» (Art. 6), continua na linha de frente, ao lado do povo timorense, ambos empenhados em criar as condições necessárias para garantir a capacidade, viabilidade, estabilidade e qualidade de Independência da NOVA NAÇÃO.

No círculo aberto da presente reflexão os interlocutores são fundamentalmente os concidadãos timorenses que têm à sua roda um número infinito de irmãos portugueses e lusófonos(«irmão» é uma expressão particularmente típica do espírito tradicional timorense) e do mundo inteiro, todos unidos na mesma vontade e compromisso: colaboração, cooperação, participação. E uma das formas dessa participação/cooperação reside naquela atitude filosófica da RECONCILIAÇÃO NACIONAL: sair DE SI próprio, caminhar ao encontro dos irmãos (PARA FORA DE SI) e redescobrir-se a si próprio (VOLTAR A SI) numa plataforma de entrecruzamentos do pensar e do ser, individual e colectivo, todos conscientes da sua nova natureza de serem células dinâmicas de uma e mesma Nação.

Dado que se trata de um primeiro encontro, está fora da minha intenção qualquer pretensão de ser perfeito e rigoroso, exaustivo, categórico e concludente. Terei atingido alguns dos objectivos se surgirem outras reflexões mais ricas e profundas, mais técnicas e científicas, e se a necessidade de profissionalismo na abordagem das questões inspirar os concidadãos vocacionados para a especialização em matérias de Cooperação.

A propósito de formação de quadros, não posso deixar de terminar estas considerações introdutórias sem agradecer à Dra. Helena Campos, do Instituto da Cooperação Portuguesa, Chefe de Divisão e responsável pelos assuntos de cooperação luso-timorense. Agradecer, com a mesma simplicidade e transparência que todos aqueles que foram em qualquer missão a Timor viram no rosto e sentiram na alma de cada timorense: a amabilidade com que me recebeu e atendeu com eficiência e profissionalismo; em poucos instantes ofereceu e pôs à minha disposição um conjunto de informações e de documentos que muito contribuíram para aprender alguns conceitos sobre a problemática em cenário.

Com a Dra. Helena Campos partilhei a preocupação no sentido de formação de técnicos timorenses no sector de Cooperação e tenho a certeza de que em breve se possa proceder à organização de cursos no interior do país e no exterior.

CONDIÇÕES INTERNAS[1]

Condições Internas é apenas uma das possíveis expressões para significar algumas das variáveis que poderão ser interessantes em ordem a compreender a realidade histórica de Timor Lorosae, em si e na actual conjuntura, e para situá-la como sujeito ou objecto, ou melhor dito, como co-sujeito, na definição de espaços de cooperação bilateral e multilateral entre as entidades envolvidas. Debruçando-nos sobre a Cooperação Luso-Timorense, a expressão, ao ter Timor Lorosae como referência fundamental e palco de acções, engloba também o outro termo do binómio — Portugal. Se não se pode ter a visão das partes sem o todo, e vice-versa, ou seja: se não se pode falar do «futuro de cooperação luso-timorense» sem falar da Cooperação no seu todo; se não se pode ter a visão de Timor Lorosae sem ter presente, por um lado, a visão do Timor Ocidental e a Indonésia, o contexto social e geopolítico da região ÁSIA/PACÍFICO e, por outro lado, a visão de Portugal e CPLP, da Europa, UNTAET e Comunidade Internacional: aparece bem claro que a expressão vem colocar-nos face a uma questão singularmente complexa.

Nessa ordem de coisas a expressão «condições internas» assume triplo sentido: primeiro, é sinónimo do conceito de situação e engloba o conjunto de dados objectivos e concretos, de substantivo(s), que determinam e se tornam imprescindíveis ao pretendermos abordar a actual fase mais ou menos longa da História de Timor Lorosae — Fase de Emergência e de Transição; segundo, representa o conceito de condicionante, de verbo, na medida em que a situação histórica e os dados de facto definem os princípios operacionais, as metodologias e as estratégias a coordenar nos sucessivos procedimentos; terceiro, implica um conjunto de princípios *a priori* e *a posteriori* que deverão justificar e normalizar toda a acção e todo o conjunto de princípios inerentes.

Fase de Emergência e Transição

Na óptica do triplo sentido atrás proposto, a Fase de Emergência e de Transição constitui referência imprescindível não só de tipo de projectos de

---

[1] A presente reflexão previa 4 pontos: 1. Condições Internas; 2. A Cooperação Cultural e a Experiência Portuguesa; 3. A Comunidade Internacional e a Cooperação Cultural; 4. Princípios de Cooperação Cultural. À falta de espaço, os restantes 3 pontos não foram integrados, ficando-se a aguardar uma próxima oportunidade.

Cooperação como de toda e qualquer acção que vise Timor Lorososae no presente e nos próximos tempos. Tanto para os nossos concidadãos timorenses como para os intelocutores internacionais esse duplo conceito de Emergência e Transição tornou-se um domínio comum, um espaço de diálogo e de (inter)acções.

A Fase de Emergência e a Cooperação Luso-Timorense

O CNRT definiu como Fase de Emergência o tempo entre 30.08.99 e Dezembro de 2000 com possível prolongamento para mais alguns meses, o tempo caracterizado pela múltipla precariedade (carências, lacunas, necessidades) que afecta a nossa população, nomeadamente desde os trágicos acontecimentes subsequentes à proclamação dos resultados do referendo. O programa/objectivo é responder, de forma o mais célere e adequado possível, àquelas necessidades básicas que nos colocam no mesmo patamar que os outros animais, ao mesmo tempo que nos distinguem deles, e que alguns psicólogos humanistas como Maslow situam na base da pirâmide de motivações existenciais e da hierarquia de necessidades vitais: as necessidades de natureza fisiológica e biológica (fome, sede, sono, ausência da dor e de tensão, expressão sexual) e de segurança (ausência de medo, tranquilidade, conforto, ambiente estável e ordenado).

Desde cedo e mais recentemente os indicadores de necessidades manifestados nomeadamente pela camada juvenil parecem demonstrar que não existem fronteiras claras, sequência hierárquica e temporal entre as necessidade de base e de topo, ou que a cultura timorense parece apresentar modelos diferentes ou inversos aos maslovianos e das sociedades socialmente mais evoluídas. O bispo D. Basílio de Nascimento, da Diocese de Baucau, muito depressa compreendeu a educação não só como função psicológica de ocupação do tempo ou de simples necessidade natural de aprendizagem, mas também como certa necessidade de auto-estima e de auto-realização, começando a abrir escolas logo que possível, salvo erro, desde Setembro/Outubro de 99. Muito rapidamente as escolas, funcionando em barracas, em casas sem tecto, debaixo de árvores e não importa onde, revelaram um tal nível de interesse e de afluências que se sentiu a importância de reciclagem de professores timorenses disponíveis e a formação de formadores no terreno.

Respondendo aos apelos da Igreja de Timor e do CNRT o governo português, através do Comissariado para Apoio à Transição de Timor-Leste e de mais outras instituições, não se tem poupado a esforços no sentido de enviar para Timor, sucessivamente, grupos de professores para missões curtas de três meses e missões mais longas de um a dois anos. É espantoso presenciar, no interior como em Portugal, o pulular de movimentos de solidariedade: organizações e instituições governamentais e não governamentais, iniciativas públicas, privadas,

familiares e pessoais, todos de mãos dadas estão envolvidos nos mais diversificados sectores de economia, finanças, segurança e administração, e isso para citar apenas as áreas consideradas prioritárias pelo Encontro de Darwin. Esse Encontro, realizado entre Setembro e Outubro de 1999, foi convocado com carácter de urgência pelo Presidente do CNRT, Xanana Gusmão, vindo o seu início a coincidir com o primeiro dia de libertação definitiva do líder do cativeiro de Jacarta. Envolveu os Órgãos de Direcção do CNRT — Comissão Política Nacional (CPN), Comissão Executiva (CE) e Comissão de Jurisdição e Controlo (CJC) — e técnicos das áreas consideradas prioritárias: Administração e Governação, Finanças, Economia, Segurança Nacional. Teve como objectivo a restruturação funcional do CNRT e a definição de um Plano Estratégico de Desenvolvimento para Timor.

O referido pulular de movimentos e de acções é sem dúvida a expressão de insondáveis sentimentos humanos face à situação de emergência e transição e é ou poderá vir a originar os germes de futuros acordos e protocolos de cooperação, incluindo portanto a cooperação cultural. A incerteza reside na perspectiva de que o conceito de emergência parece oposto ao da cooperação e que a situação ou a experiência humana de emergência não garante as condições psicológicas e objectivas em ordem aos verdadeiros acordos de cooperação.

A cooperação/cultural Luso-Timorense e a Fase de Transição

O conceito de Transição, segundo a definição assumida pelo CNRT no referido Encontro de Darwin e de acordo com os termos do Artigo 6.º do Acordo de 5 de Maio, significa o espaço de «transferência (…) da autoridade em Timor Leste para as Nações Unidas» e durará o tempo que for definido para o termo da gestão do poder pela UNTAET.

Colocar a ideia de «Cooperação / Cultural Luso-Timorense» no quadro conceptual de Fase de Transição implica termos que enfrentar questões jurídicas e operacionais que afectam o trinómio interessado — Timor Lorosae, Portugal e ONU —, trinómio que é na realidade um polinómio. Basta considerar a probabilidade de o referido fenómeno do pulular de iniciativas portuguesas viradas para Timor passar da dimensão portuguesa para a escala internacional e para a igual probabilidade de algumas das potências intervenientes serem motivadas por planos de protagonismo de liderança ou de interesses próprios ao participarem na condução/construção dos destinos da Nova Nação.

«A transferência de autoridade» traz como consequência que a responsabilidade de determinados actos de natureza oficial, incluindo a capacidade jurídica de celebração de acordos formais de cooperação, encontra-se centrada na ONU representada através da UNTAET. O Conselho de Segurança da ONU, em virtude da resolução 1272(1999) de 25 de Outubro de 1999, constituiu a «UNITED

NATIONS TRANSITIONAL ADMINISTRATION IN EAST TIMOR» (UNTAET) de pleno e total (*fully, overall*) responsável pela administração de Timor Lorosae («East Timor»), com poderes para exercer toda a autoridade legislativa e executiva, incluindo a administração da justiça. Do mandato constam os seguintes elementos: — Providenciar a segurança e manter a lei e a ordem em todo o território de Timor Lorosae; — estabelecer uma administração efectiva; — ajudar no âmbito de desenvolvimento de serviços civis e sociais; — assegurar a coordenação e a distribuição da assistência humanitária e assistência à reabilitação e desenvolvimento; apoiar a capacidade construtiva de autogoverno; — prestar ajuda no âmbito de estabelecimento de condições para um desenvolvimento sustentado [2].

Neste momento está em curso o processo de definição da estrutura de cogovernação em Timor Lorosae — «Structure of the Transitional Government of East-Timor — segundo a qual o Sector da Educação, Juventude e Cultura estaria sob a responsabilidade do Departamento de Assuntos Sociais. Dificuldades impostas pela insuficiência de técnicas de comunicação internacional inviabilizam todo o esforço no sentido de acompanhar por dentro cada momento da evolução do processo. Apesar de tudo e numa primeira leitura a nova estrutura parece representar certo avanço, mas não corresponde à Estrutura proposta pelo CNRT na sequência da Encontro de Darwin. A insuficiência de espaço na presente reflexão obriga-nos a adiar para outra oportunidade considerações a propósito das diferenças entre os dois modelos. A situação pode trazer como consequência que algumas das presentes considerações possam estar já ultrapassadas. Apesar de tudo, a intuição possível que podemos fazer no que concerne ao «futuro da cooperação luso-timorense» é que tudo passará a depender da administração da próxima estrutura cogovernativa.

Por outro lado, se a celebração de acordos de cooperação implica o reconhecimento de soberania nacional das partes interessadas, parece evidente que o outro elemento do trinómio acima referido — Timor Lorosae — não reúne as condições necessárias. Com efeito, de Território Não Autónomo sob a Administração Portuguesa passou a Território Não Autónomo sob a Administração da UNTAET. Graças à nova restruturação Timor Lorosae estará mais presente nos órgãos de decisão. Esse avanço poderá permitir mais esperança na concretização do futuro da cooperação cultural luso-timorense.

Durante o Encontro de Darwin, intuindo as conveniências e as inconveniências da situação de Fase de Transição, uma questão que se punha insistentemente era o prazo de duração do exercício de responsabilidades e poderes por parte da UNTAET. A posição mais generalizada dos participantes apontava no seguinte sentido: Tudo dependeria da atitude que a UNTAET assumisse. Se demonstrasse

---

[2] Conf.: http://www.un.org/peace/etimor/UntaetM.htm; http://www.un.org/peace/etimor/UntaetB.htm de 11 de Junho a 25 de Outubro, 1999.

intenções neocolonialistas (caracterizadas pela importação/imposição de padrões e modelos estranhos), ou posição aleatória (onde a UNTAET cumpriria rigorosamente e mesmo eficientemente o programa pré-estabelecido, sem se preocupar com o desenvolvimento real e construtivo do processo de independência, retirando-se logo após o prazo unilateralmente acordado), ou então uma postura de mera transitoriedade (onde toda a preocupação final do exercício de responsabilidade e do poder tivesse como objectivo final a eficiência e a efectividade circunscritas pelo próprio espaço da duração do tempo previsto ou negociado para a administração da ONU): nessas condições e noutras análogas a opção seria por uma permanência o mais breve possível da UNTAET — de 6/8 meses a ano/ano e meio. Caso contrário, tentaríamos negociar uma máxima duração da mesma administração. No actual contexto é difícil pensar se a UNTAET é um bem necessário e um mal menor, ou se é simplesmente o recurso necessário em ordem a garantir as condições necessárias para a independência efectiva de Timor Lorosae.

O sentido de identidade e a cooperação cultural luso-timorense

Se a soberania nacional constitui condição *sine qua non* no processo de cooperação, como o sugere a base dos princípios integradores do «Acordo Geral de Cooperação» de cada um dos cinco Estados dos PALOP [3]: *a fortiori* a identidade representa a estrutura vital da própria soberania nacional e deveria presidir, no caso concreto, à cooperação cultural luso-timorense. A identidade nacional é a razão de ser da sociedade, o princípio de distinção dos outros grupos humanos, a energia propulsora da opção por um modelo de desenvolvimento que garanta a consciência de ser sempre o mesmo e ser sempre diferente, e inspira, portanto, critérios de continuidades e rupturas nas transformações ocasionadas pelo próprio processo desenvolvimental e pelo diálogo intercultural.

«O futuro da cooperação cultural luso-timorense» não terá futuro se não tomar em devida consideração o factor IDENTIDADE TIMORENSE.

Convicto da sua importância integradora e condicionadora a proposta pessoal de Plano Nacional de Desenvolvimento, divulgado entre o círculo de colegas para discussão, contempla, como exigência prioritária, a definição da IDENTIDADE TIMORENSE. Tal definição deveria pressupor o estudo e o consenso necessários e deveria ser discutida e aprovada em CONGRESSO e/ou CONVENÇÃO, vindo a ser consagrada através da CONSTITUIÇÃO TIMORENSE por forma a representar a constante orientadora e inspiradora de todo o Plano Nacional Global e Sectorial de Desenvolvimento (PNGD, PNSD). No intuito de justificar a referida relação entre a Identidade, Congresso/Convenção e Constituição, e na

---

[3] Jorge Bacelar Gouveia, *Acordos de Cooperação entre Portugal e os Estados Africanos Lusófonos*, Ed. Cooperação Portuguesa e Revista da Cooperação, Lisboa, 1994.

minha intervenção por ocasião do Seminário «Um País para o Séc. XXI», organizado conjuntamente pelo Instituto Superior de Altos Militares e pela Universidade Católica, sob a responsabilidade do Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa (CEPCEP) e pela equipa presidida pelo Eng. Roberto Carneiro, ex-Ministro da Educação, frisei a importância de certas variáveis para a definição da IDENTIDADE TIMORENSE.

Para a definição da Identidade Timorense torna-se importante ter em devida consideração um conjunto de variáveis, as quais constituem factores intervenientes no processo desenvolvimental interno dos grupos sociais timorenses e na respectiva permeabilidade face ao fenómeno de aculturação desencadeado pelo contacto com o exterior.

Uma das variáveis menos visíveis e até, para alguns, ultrapassada e praticamente inexistente é representada pela sobrevivência de grupos conceituais ou físicos que se têm mantido sempre idênticos a si próprios, salvaguardando os princípios e as configurações essenciais da sua identidade e cultura e construindo processos de autodefesa através de uma diplomacia muito refinada que tem permitido a convivência mais ou menos pacífica e harmoniosa com as potências culturais e sociopolíticas visitantes, como a presença portuguesa, a acção evangelizadora da Igreja Católica e recentemente da Igreja Protestante, do budismo e do islamismo. A antropóloga americana, Elizabeth G. Traube, no intuito de descobrir, através das singularmente significativas expressões (*powerfull expressions*) no contexto ritual, a concepção cultural da vida que organiza a representação antropológica e cosmológica do povo Mambae, não o tendo encontrado em Laleia [4] acredita tê-lo encontrado no povo Mambae que habita a zona central, norte e sul, de Timor Lorosae [5].

Uma segunda variável, sofisticadamente visível, é representado pelo grupo conceptual ou físico, aberto ao diálogo intercultural, como também o anterior, e sensível à necessidade de transformações periféricas e de adequação aos tempos, mas orientado por princípios endógenos, sendo portanto o seu sistema original e originante o primeiro e último responsável pelo processo de aculturação, pelo critério de adopção ou rejeição de modelos e padrões exteriores. Este grupo está intimamente ligado ao anterior, do qual é a face visível, dialogante com o exterior, com os o «malae»s. Através de uma ancestral e fina diplomacia desenvolve um processo de paralelismo cultural onde cada um dos intervenientes mantém o seu universo de identidade(s) mas, ao mesmo tempo, são gerados espaços de entrecruzamentos, ou melhor, de sinapses culturais. Os seis anos de convivência

---

[4] Elizabeth G. Traube, *Cosmology and Social Life, Ritual Exchange among the Mambai of East Timor*, Univ. Chicago Press, 1986, pág. XI.: «The town itself had a dusty, mundane appearance, and the Galoli, most of whom spoke fluente Portuguese and professed to be Catholics, struck me as "acculturated" natives. (…) And possibly, people suggested, I might find more "traditional" Galoli in Scattered outlying settlements south of Laleia.»

[5] *Idem, ibidem*, pág. XI.

e de actividade profissional em Same, zona de Mambae, foram insuficientes, mas bastantes, para que quem é de Aileu, igualmente de raiz de Mambae, possa verificar tal sofisticado fenómeno de paralelismos culturais.

Ao lado dos anteriores desenvolve-se um terceiro grupo conceptual e/ou físico que, através de forças exógenas, assume as conveniências de aculturação. A autoafirmação cultural tende a equilibrar-se através de um processo de assimilação, acomodação e equilibração face aos valores culturais, científicos e técnicos, laicos e religiosos das forças visitantes, que — é preciso salientá-lo — adopta como irmãos. O Catolicismo Cristão e o Estado Português têm tido aqui um papel importante. Esse é o grupo aparentemente visível como o foi para o próprio primeiro contacto da Elizabeth Traube em Laleia: Nativos aculturados que vivem numa cidade/sociedade onde as práticas tradicionais foram banidas (*discarted*) [6]. Ultrapassada a época da visão antropocêntrica europeia, a força da multifacetada expansão ocidental — a histórica fase de colonialismo — com a mudança de atitudes por parte das forças hóspedes e irmãs, esse grupo representa uma força importante para a inquestionável necessidade de desenvolvimento e progresso.

No cenário sociocultural timorense aparece, de um ambiente onde a presença e a influência do primeiro e bem como do segundo grupo são praticamente insignificantes, um quarto grupo: um grupo conceptual, cultural e físico que emerge do terceiro grupo e de grupos considerados «malae»s de segunda geração ou mais. Dito de uma forma simples, não são autenticamente timorenses porque não são educados segundo a cultura tradicional, que desconhecem e até (alguns) menosprezam e combatem; nem são autenticamente «malae»s porque também não são educados segundo a cultura tradicional destes que conhecem imperfeitamente mas que estimam e defendem. Desenraizados de um lado e não enraizados no outro, são potenciais humanos orientados pela perspectiva pragmática onde os valores não são definidos pelo em si, pelo sistema que se constitui em tradição, mas sim pelo que conjunturalmente se revela ou aparenta, aceitável, operacional e eficiente.

Já antes, mas sobretudo graças ao complexo processo de independência nacional, está a formar-se um quinto grupo gerado pelo duplo movimento demográfico para fora e para dentro do país. Este último (movimento de fora para dentro do país), praticamente inexistente antes de 74, tornou-se significativo durante a ocupação indonésia e poderá vir a ser redimensionado após a normalização de interrelações político-diplomáticas e sociais entre os três países: Timor Lorosae, Portugal e Indonésia. O primeiro (movimento de dentro para fora do País) representa uma nova dimensão de Timor — «Timor da Diáspora» — que vamos focar no próximo ponto: «Da insularidade à intercontinetalidade.» Durante

---

[6] Elizabeth G. Traube, *op. cit.*, pág. XI.

a fase da luta pela autodeterminação e independência esse grupo ocupava a frente do exterior. Em virtude da sua simples presença e de manifestações políticas e culturais fez conhecer ao mundo exterior a pequena ilha de poucos habitantes e as sua razões de resistência à ocupação indonésia.

Um sexto e último grupo está em formação e é constituído pela nova geração que cresceu ou nasceu no exterior. Fazem parte da primeira geração que estudou e se formou no exterior. O que conhecem de Timor é através dos pais e dos meios de comunicação social. Quando regressarem às raízes dos seus antepassados levarão consigo todo um conjunto heterogéneo de experiências, conhecimentos, valores e visão cultural, etc. Aqueles que optarem por viver definitivamente no exterior construirão a nova dimensão da História de Timor Lorosae: O TIMOR DA DIÁSPORA. Mas a nova dimensão de Timor da Diáspora só poderá desenvolver-se, e só poderá contribuir para os indicadores tantas vezes apontados — Capacidade, Viabilidade, Estabilidade e Qualidade de Independência Nacional — se for sustentada por uma política apropriada.

Na génese dos conflitos internos de 74/75, conflitos ideológicos e político-partidários, que conduziram à guerra civil e suas consequências trágicas, estava inerente a questão da identidade timorense. Na definição do modelo social que a Nova Nação — Timor Lorosae — pretende ser e na opção pela forma de autogoverno estará também presente a questão de identidade. O «Futuro da Cooperação/Cultural Luso-Timorense» só terá futuro se for em benefício global dessas variáveis da Identidade Timorense as quais são transversais à heterogeneidade étnica. Tal heterogeneidade étnica (tomando a língua como critério diferenciador entre grupos e culturas) engloba entre 19 a 31/32 grupos sociais historicamente identificados.

Da Insularidade à Intercontinentalidade

(1) Um dos grandes benefícios de toda a tragédia de vinte e quatro anos é que Timor Lorosae passou da dimensão de INSULARIDADE para INTERCONTINENTALIDADE. (2) Essa nova situação histórica passou a assumir funções de força estratégica na luta que conduziu à meta de Independência Nacional. (3) A dupla dimensão continuará a constituir o espaço facilitador de criação de micro e macro-estruturas que permitirão garantir a Capacidade, Viabilidade, Estabilidade e Qualidade de Independência Nacional. (4) Uma política de acordo geral de cooperação e de acordos sectoriais, onde acordos de cooperação cultural deverão ocupar lugar relevante no quadro de prioridades, terá que conjugar de forma adequada a nova dupla dimensão de Timor Lorosae. (5) «O Futuro da Cooperação Cultural Luso-Timorense» parte do presente, ou seja, de acções e investimentos concretos integrados no conceito de EMERGÊNCIA E TRANSIÇÃO. A limitação de espaço da presente reflexão não permitirá uma abordagem aprofundada dessas teses, já apresentadas em várias circunstâncias; de resto, como foi salientado

inicialmente, o objectivo fundamental não é propriamente dar respostas mas sim levantar questões que poderão despertar interesse de todos nós — concidadãos timorenses e irmãos de Portugal, CPLP e Comunidade Internacional —, que participamos no grandioso empreendimento de construção de uma Nova Nação para os novos tempos.

A visão de insularidade, na sua vertente experiencial, antropológica e cosmológica, sócio-histórica e cultural, não é pura nem fechada, como *a priori* se poderia crer. Na tradição das diferentes etnias, tradição oral transmitida de geração em geração e vivida no ritual das celebrações, estão presentes, sob forma histórica e mítica, in-formações (isto é, transmitir para formar e educar) referentes às respectivas origens permitindo assim distinguir, embora vagamente, a situação de autóctones e de imigrantes [7]. Povoado desde o paleolítico, Timor Lorosae revela traços de cultura neolítica (a partir de c. 3500 a. C), introduzida pela migração papua-melanésia; atesta «influências vagas e indirectas da China, desde a época dos Chou(s) (115-221 a. C.)» com a qual estabelece relações comerciais desde o início do séc. XVIII; apresenta vestígios de relações históricas e culturais com a Índia — reino de Kadiri (1049-1222) e de Majapahit (1293-1527) [8]; convive com o Povo Português desde 1511. A expansão de Portugal para Timor — movimento de Portugal e do continente europeu para a ilha — permite a expan-são de Timor Lorosae para Portugal e Europa, para a África e a América da CPLP e para «a teia de relações seculares que sucessivas gerações de portugueses foram tecendo, ao longo dos séculos, por esse mundo fora e que constituem um património extraordinário» [9]. Estamos, afinal, face à dimensão de intercontinentalidade.

No contexto que acabamos de introduzir, Timor Lorosae tem, desde longa data, experiência interna de intercontinentalidade, resultante de um movimento de fora para dentro e da convivência/fusão dos autóctones com os imigrantes que se fixaram na ilha vindos do «tacibalu», isto é, do além-mar: de ilhas e continentes. A mesma experiência é ainda representada pela convivência com grupos mais definidos que têm consciência clara de sua proveniência exterior: os chamados «malae e malae-oan»s como: portugueses, chineses, árabes.

Assim nasceu a nova dimensão de intercontinentalidade. Graças às ameaças de sobrevivência de um povo, de genocídio, os indivíduos e grupos mais directamente atingidos viram-se obrigados a procurar a segurança de vida no exterior. Deu-se desta sorte um movimento de expansão e de extensão de Timor Lorosae que veio a gerar o fenómeno de intercontinentalização de uma História que até

---

[7] Elizabeth G. Traube, *Ibidem,* pág. 27: «… several peoples identify themselves variously as autochthones or immigrants».

[8] Luís Filipe Thomaz, *De Ceuta a Timor*, Ed. DIFEL, 1994, pag. 591-593.

[9] A Cooperação Portuguesa no Limiar do século XXI, Documento de orientação estratégica, http://www.min-nestrngeiros.pt/mne/portugal/1coop/seculo xxi/1.html, pág. 3, de 28.06.2000.

à data era desconhecida e esquecida. A partir de então Timor Lorosae termina onde mora o último timorense — movimento de extensão (moral) física — e está presente onde vive o último timorense — movimento de expansão cultural.

A nova dimensão histórica de intercontinentalidade passou a assumir funções de força estratégica na luta que conduziu à meta de Independência Nacional. Nessa luta os concidadãos do Interior e da Diáspora estiveram sempre unidos no mesmo objectivo, mas com funções evidentemente diferentes. Na hora do objectivo atingido uns e outros deveriam reconhecer o seu próprio contributo e o contributo dos outros. No encontro com a Comunidade Timorense residente em Portugal, realizado em 24 de Junho de 1999, no Forum de Lisboa, o Presidente Xanana introduziu mais uma daquelas surpreendentes mensagens: os heróis do passado e do futuro. Os Heróis do passado são todos aqueles que deram as suas vidas na luta pela autodeterminação e independência. Os heróis do presente e do futuro são todos aqueles que derem o máximo das suas energias para a (re)construção nacional. Na óptica da nova visão nacional, estar no Interior ou no Exterior seria igualmente importante e a diferença estaria na qualidade do contributo de uns e de outros e de cada um. Se a presença dos timorenses na Diáspora foi importante, ou mesmo imprescindível, durante a fase de luta, muito mais o é e será no empreendimento da (re)construção Nacional. Se a luta foi difícil, mais difícil ainda é e será a independência. Levar para o Interior todos os concidadãos timorenses espalhados pelo mundo inteiro seria condenar o Povo de Timor Lorosae a uma visão fechada; seria colocar a Nova Nação numa situação de isolamento do resto do mundo na qual poderá correr sérios riscos de vir a ser totalmente absorvida pelas potências geo-estratégicas circundantes, algumas delas particularmente interessadas desde longa data.

A dupla dimensão de interioridade e de intercontinentalidade continuará a oferecer-se, portanto, como espaço facilitador de criação de condições para o desenvolvimento de micro e macro-estruturas, tanto no Interior como no Exterior, os quais permitirão garantir um desenvolvimento sustentado do país. Torna-se importante salientar e complementar a importância do Exterior e do Interior na criação das referidas micro e macro-estruturas, na medida em que, em termos de sobrevivência das mesmas e de apoios de recursos humanos e materiais, existem diferenças significativas entre os dois pólos. Basta referir que, em fases de crise, será mais provável sobreviver, por exemplo, uma empresa que tenha bases num e noutro espaço do que num só deles. Por outro lado, como vai acontecer no próximo ano com a vinda dos previstos 500 bolseiros para se formarem nas instituições superiores portuguesas, é mais fácil aos estudantes terem em Portugal do que em Timor o apoio de professores e de outros agentes educativos, bem como de material técnico e pedagógico. É a acção conjugada entre o Interior e o Exterior que será responsável pela crescente consolidação daqueles indicadores de desenvolvimento nacional repetidas vezes apontados — Viabilidade, Capacidade, Estabilidade e Qualidade de Independência da Nova Nação: VIABILIDADE, porque a viabilidade da independência nacional é agora

que entra na fase de arranque e de avaliação interna e externa; CAPACIDADE, porque a capacidade de auto-afirmação no quadro da Comunidade Internacional está condicionada pelo desenvolvimento de recursos materiais e pela potencialização de recursos humanos — formação de quadros: ora esse empreendimento poderá vir a ter os melhores êxitos se maximizados com a formação de quadros [10] no Exterior, nomeadamente nos países científica e tecnologicamente mais avançados; ESTABILIDADE, porque os concidadãos do Exterior poderão assumir funções de heteroconsciência de si próprio (um outro eu, exterior) na avaliação de tensões internas; e porque os mesmos concidadãos poderão agir com outra eficácia junto de instâncias superiores para neutralizar agentes exteriores interessados em desestabilizar a ordem interna, a liberdade, a paz e a segurança; QUALIDADE, porque Timor Lorosae, como Estado minúsculo que é, só poderá conseguir a autoafirmação no universo da Comunidade Internacional, não através da quantidade, mas sim com base no valor qualitativo dos seus recursos humanos, científicos e tecnológicos e da sua produção de recursos materiais.

A multifacetada dialéctica da visão de insularidade *versus* intercontinentalidade permite-nos introduzir finalmente um espaço importante no processo e na política de cooperação luso-timorense, em geral, e de cooperação cultural, em particular. Uma política de acordo geral de cooperação e de acordos sectoriais, onde os acordos, protocolos e convenções de cooperação cultural deverão ocupar lugar relevante no quadro de prioridades, terá que saber equilibrar o seguinte esquema operacional que poderá possibilitar certa reversibilidade e congruências entre um termo e outro: **no interior** e **no exterior**, **para o interior** e **para o exterior,** ou seja, **no interior para o exterior e no exterior para o interior.**

Um dos domínios onde Timor Lorosae demonstra a soberania necessária, como pressuposto para acordos de cooperação, é precisamente o sector cultural. Tal soberania está subjacente à resistência cultural evidenciada pelas variáveis acima referidas, sobretudo, segundo a ordem de apresentação, pelos dois primeiros grupos conceituais ou físicos. Entre parêntesis, seria de questionar se, uma cultura que durante 500 anos sobrevivera às influências da presença portuguesa e ao poder da evangelização cristã e, durante os últimos 24 anos, resistiu às pressões da invasão indonésia, viesse a ficar eliminada ou arredada na nova estrutura organizacional e sociopolítica do novo Estado Independente, ou/e não fosse contemplada nos acordos, protocolos ou convenções de cooperação e de outras formas de interacção entre Estados. Continuando a reflexão, com base nos dados históricos da longa resistência cultural é legítimo crer que uma cultura tão consistente e soberana há-de sobreviver, valorizar-se moldar toda a concepção da Nova Nação. A transcendência cultural é de tal ordem que, em qualquer hipótese de situação futura de independência nacional será sempre possível

---

[10] Formação de Quadros: quadros superiores, quadros médios e quadros de base.

qualquer tipo de acordo cultural ou congénere, desde que para tal haja mútua vontade política.

Se a cultura representa o factor de diferenciação entre os povos, se ela está intimamente ligada à identidade colectiva e individual de um povo, e se ela está na profunda razão de ser da independência de uma nação, parece evidente que deve ocupar relevância no quadro de prioridades ao nível de empreendimentos nacionais. Se podemos garantir o futuro de alguma iniciativa, a cooperação cultural luso-timorense é aquela que há-de tornar imortal a «teia de relações seculares que sucessivas gerações de portugueses (e de timorenses) foram tecendo, ao longo dos (cinco) séculos, (em Timor Lorosae e) por esse mundo fora e que constituem um património extraordinário» [11].

A actual fase da História de Timor, em indetermináveis aspectos, mas em particular no tocante à língua e cultura portuguesa, é efectivamente um colossal desafio. A situação é tão vivida e sofrida que dispensa comentários. O tempo é de acção urgente: «articular, nos planos político, económico e cultural, a dinâmica da (…) integração europeia com a dinâmica de constituição de uma comunidade estruturada nas relações com os países e as comunidades de língua portuguesa no mundo» [12]. Com cooperação ou qualquer outra forma, em tempos de necessidade não se põem as questões em termos formais. Seria de lamentar se as preocupações formais e legais, de direitos e competências, fizessem perder a Portugal a última batalha por uma descolonização exemplar de Timor-Leste e ao Povo de Timor, ou a um número significativo dos seus concidadãos, a vitóriade uma imortal comunhão cultural. O Futuro da Cooperação Cultural Luso-Timorense está assim nas mãos de uns e de outros: Lusos e Timorenses.

De todos os argumentos é sabido que os factos são insofismáveis — «contra facta non sunt argumenta» [13], diziam os escolásticos — e é exactamente a insistência e persistência dessa experiência histórica que vão garantir o futuro da cooperação cultural e de quaisquer outros empreendimentos que visem manter os históricos laços que unem os dois povos de Portugal e de Timor Lorosae.

Da nossa parte, o pouco que se tem feito é o máximo possível: Sem falar do tempo anterior à crise, a Escola de S. José resistiu até ao extremo das suas energias; as FALINTIL lutavam com as armas numa mão e a língua portuguesa na outra; a Convenção de Peniche consagrou o português como língua oficial; todos aqueles que foram a Timor, professores e inumeráveis missões, viram e presenciaram a vontade decidida das nossas crianças, jovens e adultos em aprender a língua portuguesa como língua oficial; apesar de representantes de tantos outros povos mais ricos e potentes estarem lá no terreno, nos momentos mais críticos que arrebatariam os sentimentos e os raciocínios mais frios, embora a ausência de

---

[11] A Cooperação Portuguesa no Limiar do século XXI, pág. 3.

[12] *Idem, Ibidem*, pág. 3

[13] «Contra factos não há argumentos».

dados estatísticos não permita a quantificação objectiva, o Povo Timorense tem demonstrado sinais eloquentes, mesmo através da sua própria desilusão e revolta, a mesma vontade: «Onde estão os portugueses? Queremos os portugueses»; na mente pessoal e de todos aqueles que comungavam da ideia, a opção pela língua portuguesa significava o ingresso na CPLP; e a opção pela moeda portuguesa (que sabíamos que viria a ser substituída pelo euro) significava colocarmo-nos do lado do euro e da Europa *versus* o dólar americano e australiano.

Da nossa parte, do quanto de mim depende e de tantos outros, «O Futuro da Cooperação Cultural Luso-Timorense» tem futuro.

Da parte de Portugal, considero muito objectiva e simbólica a percepção do Presidente do CNRT, Xanana Gusmão. No dia da chegada ao Encontro de Darwin, tendo regressado da sua primeira ronda política e diplomática por Washington, ONU, Europa e África do Sul, disse o presidente na reunião: «Portugal dá-nos muito. Dá-nos tudo e demais. Por isso, se nos dá 70, vamos pedir só 30.» No nosso último encontro realizado no dia 23 de Junho do corrente ano, no Hotel Tivoli, em que participaram os membros da Direcção do CNRT ainda residentes em Portugal e a equipa da Representação / Embaixada de Timor Lorosae em Lisboa, o presidente Xanana Gusmão repetiu a mesma expressão simbólica, mas desta vez, apesar da minha referência aos números de Darwin, alterou a matemática da cooperação, solidariedade e assistência portuguesa: «… Portugal dá-nos cem. Vamos pedir só dez.» Da parte de Portugal está tudo dito e parece tudo claro. Da «assinatura da Concordata e do acordo Missionário com a Santa Sé, em 1940, que louvava o passado missionário português» [14], passando pela Lei N.º 7/75 de 17 de Julho, o Relatório sobre o Apoio do Estado Português a Timor-Leste no Período de Transição, de Maio de 1999; a criação do Comissariado para Apoio à Transição em Timor-Leste; a criação do Instituto da Cooperação Portuguesa, atribuindo-lhe o papel de órgão central de apoio à definição, elaboração e execução da política de cooperação, no âmbito do Ministério dos Negócios Estrangeiros e em conjugação com o Conselho de Ministros para os Assuntos da Cooperação e o Secretariado da Comissão Interministerial para a Cooperação; passando pelas inumeráveis declarações pessoais e oficiais da Presidência da República Portuguesa, do governo português, da Assembleia da República; passando pelos dos órgãos municipais e sindicais, instituições oficiais e particulares, cívicas e culturais, enfim, é impossível enumerar tudo. Do passado mais remoto ao presente, sem falar daqueles que, a dado momento, perderam a confiança em si próprios, a confiança no Povo Português (que participou em massa nas micro e mega-manifestações) e nos seus sucessivos governantes, a confiança no Povo Timorense, sem falar nesses fenómenos naturais de crise, podemos sublinhar a expressão simbó-

---

[14] Adriano Moreira, «A Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa», in *Política Internacional*, N.º 13, Outubro/Novembro, pág. 6.

lica da percepção do carismático presidente do CNRT, Xanana Gusmão, ou José Alexandre Gusmão: «Portugal fez tudo.»

«Portugal está agora em condições de reconstituir, com renovado sentido estratégico, a teia de relações seculares que sucessivas gerações de portugueses foram tecendo, ao longo dos séculos, por esse mundo fora e que constituem um património extraordinário. O importante desafio que se coloca a Portugal, é o de saber articular, nos planos político, económico e cultural, a dinâmica de constituição de uma comunidade estruturada nas relações com os países de língua portuguesa no mundo e de reaproximação a outros povos e regiões, a que nos ligam, nalguns casos, séculos de história.» [15]

Se Portugal fez tudo e se, por outro lado, também Timor fez tudo, muito provavelmente podemos ter a certeza do futuro da cooperação cultural luso-timorense. Os factos e a experiência humana permitem-nos certa legitimidade no espaço de elaboração de princípios e leis e de previsão do futuro. Mas nada será efectivamente feito no futuro se não soubermos conjugar os princípios, as leis e a nossa capacidade de previsão com os factos originais e originantes do próprio futuro e se para tanto não houver a vontade política necessária e pessoas de bom entendimento e de boa vontade.

---

[15] A Cooperação Portuguesa no Limiar do século XXI, pág. 3.